

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2016

DENOMINAÇÃO ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONÁRIOS DO SOFRIMENTO

MORADA Rua dos Coriscos

N. 640 **ANDAR** **LOCALIDADE** Maia

FREGUESIA Maia

CONCELHO Maia

COD. POSTAL 4425-057

EM ____ / ____ / ____

(Assinatura do  Habilitado Certificado)

A DIRECCÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: _____, _____

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONARIOS DO SOFRIMENTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 501240217

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 363 885,44	1 409 866,88
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	664,91	418,92
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1 364 550,35	1 410 285,80
Ativo corrente			
Inventários	7	1 953,15	1 808,15
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	12.7	0,00	4 957,25
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	12.2	1 161,48	1 052,41
Outros ativos correntes	12.3	1 284 006,27	1 070 535,22
Caixa e depósitos bancários	12.4	72 313,18	194 502,91
		1 359 434,08	1 272 855,94
Total do ativo		2 723 984,43	2 683 141,74
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.5	313 838,32	313 838,32
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.5	1 922 007,67	1 849 985,32
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.5	359 770,16	367 313,06
		2 595 616,15	2 531 136,70
Resultado líquido do período		37 725,99	72 022,35
Total dos fundos patrimoniais		2 633 342,14	2 603 159,05
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.6	339,59	60,81
Estado e outros entes públicos	12.7	4 859,52	4 195,95
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	12.8	85 443,18	75 725,93
		90 642,29	79 982,69
Total do passivo		90 642,29	79 982,69
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 723 984,43	2 683 141,74

A Direcção

O responsável

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 016	2 015
Vendas e serviços prestados	8	215 730,29	210 551,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9 e 12.9	203 396,90	191 705,86
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-58 895,08	-29 016,68
Fornecimentos e serviços externos	12.10	-113 299,18	-116 533,83
Gastos com o pessoal	10	-209 377,40	-200 010,56
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.14	477,71	0,00
Outros rendimentos	8 e 12.11	56 400,97	63 330,35
Outros gastos	12.12	-10 726,78	-1 646,15
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		83 707,43	118 379,99
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-45 981,44	-46 357,64
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		37 725,99	72 022,35
De financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		37 725,99	72 022,35
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		37 725,99	72 022,35

A Direcção

O responsável

Entidade: ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONARIOS DO SOFRIMENTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 501240217

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	ERPI	PERÍODOS	
			2016	2015
Vendas e serviços prestados	8	215 730,29	215 730,29	210 551,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	7 e 10	-268 272,48	-268 272,48	-229 027,24
Resultado Bruto		-52 542,19	-52 542,19	-18 476,24
ISS, IP - Centro Distrital	9 e 12.9	161 113,80	161 113,80	154 715,89
Outros Rendimentos	12.9, 12.11, 12.13 e 12.14	99 807,98	99 807,98	100 320,32
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos	5, 12.10 e 12.12	-159 280,62	-159 280,62	-162 891,47
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	12.12 e 12.14	-11 372,98	-11 372,98	-1 646,15
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		37 725,99	37 725,99	72 022,35
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		37 725,99	37 725,99	72 022,35
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		37 725,99	37 725,99	72 022,35

A Direcção

O responsável

ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONARIOS DO SOFRIMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		233 453,50	224 503,56
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		174 775,82	163 470,27
Pagamentos ao pessoal		141 845,95	137 056,37
Caixa gerada pelas operações		-83 168,27	-76 023,08
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	-5,34
Outros recebimentos/pagamentos		-86 301,39	78 758,65
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-169 469,66	2 730,23
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	59 972,83
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		43 104,94	48 124,31
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		43 104,94	-11 848,52
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		4 174,99	26 237,20
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		4 174,99	26 237,20
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-122 189,73	17 118,91
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		194 502,91	177 384,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		72 313,18	194 502,91

A Direcção

O Responsável

**ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE
MISSIONÁRIOS DO SOFRIMENTO**

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2016

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	11
5	Ativos Fixos Tangíveis	12
6	Ativos Intangíveis.....	12
7	Inventários	13
8	Rédito.....	13
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	13
10	Benefícios dos empregados	14
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
12	Outras Informações	14
12.1	Investimentos Financeiros	14
12.2	Diferimentos	15
12.3	Outros ativos correntes	15
12.4	Caixa e Depósitos Bancários	15
12.5	Fundos Patrimoniais	15
12.6	Fornecedores	16
12.7	Estado e Outros Entes Públicos	16
12.8	Outros passivos correntes	16
12.9	Subsídios, doações e legados à exploração	16
12.10	Fornecimentos e serviços externos	17
12.11	Outros rendimentos.....	17
12.12	Outros gastos	17
12.13	Resultados Financeiros	17
12.14	Aumentos/reduções de justo valor	18
12.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	18
12.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	18

1 Identificação da Entidade

A Associação Fraternidade Missionários do Sofrimento é uma instituição sem fins lucrativos, que se encontra registada na Direção Geral da Segurança Social no livro 1 das Organizações Diversas com fins de segurança social sob o nº3/84 a fls. 25 e verso em 29 de Fevereiro de 1984. Tem sede na Rua dos Coriscos, nº 640 – apartado 2047, 4425-051 Águas-Santas, Maia, Paróquia do Corim, do município da Maia, distrito e diocese do Porto.

São fins principais da Associação os seguintes:

- Apoio à 3ª idade;
- Apoio à integração social e comunitária.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual), independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.5 Inventários

Os "inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Utentes e outras contas a Receber

Os "Utentes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Diminuições	31-12-2016
Terrenos e Recursos Naturais	143 843,28			143 843,28
Edifícios e Outras Construções	1 697 915,21			1 697 915,21
Equipamento Básico	260 498,83			260 498,83
Equipamento de Transporte	44 566,87			44 566,87
Equipamento Administrativo	55 163,97			55 163,97
Outros Activos Fixos Tangíveis	2 937,03			2 937,03
Activo Tangível Bruto	2 204 925,19	0,00	0,00	2 204 925,19
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	491 706,18	33 918,02		525 624,20
Equipamento Básico	204 117,27	11 238,80		215 356,07
Equipamento de Transporte	44 566,87	0,00		44 566,87
Equipamento Administrativo	52 410,87	699,23		53 110,10
Outros Activos Fixos Tangíveis	2 257,12	125,39		2 382,51
Depreciações Acumuladas	795 058,31	45 981,44	0,00	841 039,75
Activo Tangível Líquido	1 409 866,88	-45 981,44	0,00	1 363 885,44

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Diminuições	31-12-2016
Programas de Computador	2 487,61			2 487,61
Activo Intangível Bruto	2 487,61	0,00	0,00	2 487,61
Depreciações Acumuladas				
Programas de Computador	2 487,61			2 487,61
Depreciações Acumuladas	2 487,61	0,00	0,00	2 487,61
Activo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 953,15	1 808,15
Total	1 953,15	1 808,15

No que concerne à quantia de "Inventários" reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2016	2015
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	1 808,15	1 952,75
Compras	26 579,44	27 279,78
Doações	32 460,64	1 592,30
Saldo Final	1 953,15	1 808,15
Gastos do Período	58 895,08	29 016,68

8 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Prestação de Serviços	215 730,29	210 551,00
Quotas do Utilizadores	215 730,29	210 551,00
Juros	43 104,94	48 124,31
Depósitos Bancários	2 577,42	2 687,87
Outras aplicações de meios financeiros	40 527,52	45 436,44
Total	258 835,23	258 675,31

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2016			2015			
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			161 113,80			154 715,89
Edifício	Não Reembolsável	294 173,10		7 542,90	301 716,00		7 542,90
Total		294 173,10	0,00	168 656,70	301 716,00	0,00	162 258,79

10 Benefícios dos empregados

Em 2016 e 2015 são onze os membros que compõem os órgãos sociais.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2016 bem como do exercício de 2015 foi de 18.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	167 132,13	161 220,74
Indemnizações	1 219,30	420,24
Encargos sobre as Remunerações	36 795,51	34 863,69
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 904,47	1 890,17
Outros Gastos com o Pessoal	2 325,99	1 615,72
Total	209 377,40	200 010,56

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2016	2015
Outros investimentos Financeiros		
FCT	664,91	418,92
Total	664,91	418,92

12.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1 161,48	1 052,41
Total	1 161,48	1 052,41

12.3 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Outros instrumentos financeiros	1 258 352,12	1 043 875,00
Ativos financeiros	1 258 352,12	1 043 875,00
Outras contas a receber	25 654,15	26 660,22
Outros	26,55	0,00
Utentes	25 627,60	26 660,22
Total	1 284 006,27	1 070 535,22

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	2 174,99	2 314,86
Depósitos à Ordem	70 138,19	31 978,05
Depósitos a Prazo	0,00	160 210,00
Total	72 313,18	194 502,91

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	313 838,32			313 838,32
Resultados Transitados	1 849 985,32	72 022,35		1 922 007,67
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	367 313,06		-7 542,90	359 770,16
Total	2 531 136,70	72 022,35	-7 542,90	2 595 616,15

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c		
Fornecedores	339,59	60,81
Total	339,59	60,81

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Activo		
IVA - A Recuperar	0,00	4 957,25
Total	0,00	4 957,25
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	448,00	379,38
IVA	819,26	0,00
Segurança Social	3 558,06	3 789,92
Outras - FCT e FGCT	34,20	26,65
Total	4 859,52	4 195,95

12.8 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Pessoal	0,00	20,00
Remuneração a pagar	0,00	20,00
Credores por Acréscimo de Gastos	31 727,62	29 148,49
Remunerações a Liquidar	30 365,80	27 938,40
Outras despesas diferidas	1 361,82	1 210,09
Outros Credores	53 715,56	46 557,44
Outros Credores	53 715,56	46 557,44
Total	85 443,18	75 725,93

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	161 113,80	154 715,89
Doações e heranças	42 283,10	36 989,97
Total	203 396,90	191 705,86

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Serviços especializados	42 713,23	40 586,16
Materiais	1 285,85	1 491,21
Energia e fluídos	32 461,37	36 146,39
Deslocações, estadas e transportes	522,75	383,23
Serviços diversos	17 339,11	12 496,83
Encargos com Utentes	18 976,87	25 430,01
Total	113 299,18	116 533,83

12.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos suplementares	0,00	1 800,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	276,51	1,72
Imputação de subsídios ao investimento	7 542,90	7 542,90
Outros	5 476,62	5 861,42
Juros, Dividendos e outros rendimentos similares	43 104,94	48 124,31
Total	56 400,97	63 330,35

12.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	875,04	54,32
Outros	9 851,74	1 591,83
Total	10 726,78	1 646,15

12.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	43 104,94	48 124,31
Total	43 104,94	48 124,31
Resultados Financeiros	43 104,94	48 124,31

12.14 Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ganhos por aumentos de justo valor	1 123,91	0,00
Em instrumentos financeiros - BPI	1 123,91	0,00
Perdas por reduções de justo valor	646,20	0,00
Em instrumentos financeiros - BPI	646,20	0,00
Total	477,71	0,00

12.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes da resposta social, durante o ano de 2016, foi de 34

12.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas

Maia, 31 de Dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

A Direcção